

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor de Redação:** Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## Ameaças à economia

As preocupações do ministro Mailson da Nóbrega acerca das decisões econômicas do Congresso constituinte, reveladas em entrevista publicada hoje pela **Folha**, ressaltam algumas contradições que têm marcado o governo Sarney e este período de transição democrática. Em um plano mais genérico, é certo que o projeto da Constituição, embora não contradiga e anule as diretrizes da política industrial, recentemente anunciada, não deixa ter um espírito a elas contrário. De fato, enquanto a Constituinte inclina-se por uma concepção mais fechada, xenófoba e cartorial — promovendo monopólios, tabelando juros e prevendo reservas de mercado—, as autoridades econômicas sinalizam no sentido de uma necessária liberalização e abertura do Brasil ao sistema econômico internacional.

Há ainda, em um plano mais específico, um evidente paradoxo no fato de ter sido proposta exatamente pelo grupo parlamentar que apóia o governo —o conhecido Centrão— a quase totalidade dos dispositivos constitucionais que golpeiam o controle do déficit público, prejudicam o combate à inflação e retardam a reordenação da economia. Fruto de acordos e concessões inerentes ao processo de arregimentação promovido pelo Planalto junto ao Congresso constituinte, tais emendas e artigos reúnem, especialmente no capítulo das Disposições Transitórias, o que pode haver de mais prejudicial à política de contenção e ajuste conduzida pelo ministro da Fazenda. Desde descabidas efetivações de funcionários públicos a imprecisas anistias de dívidas, pouco há no texto que não ponha em risco a continuidade do esforço de estabilização.

Este quadro é um claro sintoma de que, ao contrário de algumas previsões, o presidente Sarney dificilmente governará, mesmo já

assegurados os cinco anos, de “mãos livres”. Se durante o período que antecedeu a votação do mandato o governo foi a princípio refém do PMDB e, a seguir, das reivindicações fisiológicas que cercaram a conquista do apoio político aos cinco anos, agora vê-se às voltas com os compromissos assumidos com seus novos aliados. Mudaram as personagens. Não mudou o “modus operandi”.

Os ministros da área econômica, seguramente os mais lúcidos do governo, têm conseguido, dentro de certos limites, manobrar para obter vitórias parciais no repasse das despesas e descontroles do setor público —este, inegavelmente, o ponto crucial, uma vez que concentra em torno de si as mais diversas, insistentes e ameaçadoras pressões. Na entrevista de hoje, o ministro Mailson da Nóbrega não esconde esta realidade, mostrando-se francamente preocupado com as dificuldades de conter o assédio incessante de governadores, prefeitos e políticos, sempre dispostos a aumentar gastos. O ministro demonstra ainda, a este respeito, uma visão realista e corajosa, ao declarar que a desordenação da máquina pública chegou a tal ponto que a tarefa de reestruturá-la só poderá ser obra de “um governo com grande legitimidade” —o que não é, decididamente, o caso do atual.

Em tais circunstâncias, não se pode esperar mais do que têm sido feito. Corre-se, contudo o risco, de que mesmo as conquistas, nada espetaculares, mas auspiciosas, até aqui obtidas pelas autoridades econômicas venham a ser anuladas pela irracionalidade de algumas emendas constitucionais e pelo comportamento de um governo que até aqui deu provas suficientes de ter na política de concessões e favores seu principal instrumento de exercício do poder.